

CTEnerg
Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia - CTEnerg

Ata da Reunião nº 09 de 20/11/2002

Local:

Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT. Brasília - DF

I -Convocados:

1. Membros presentes:

Maurício Otávio Mendonça Jorge (Presidente) MCT
Wilson Antônio Auerswald (Substituto) Representante do CNPq
Fernando de Nielander Ribeiro (Membro do Comitê) Representante da FINEP
Isaias C. Macedo (Membro do Comitê) Representante da Comunidade Científica (UNICAMP)
Marcelo Khaled Poppe (Membro do Comitê) Representante do MME
Marcos Jose Marques (Membro do Comitê) Representante da Comunidade Científica (INEE)
Rulemar Pessoa Silva (Membro do Comitê) Representante da ANEEL
Ralph Lima Terra (Substituto) Representante do Setor Produtivo (ABDIB)

2. Convidados e Secretariado presentes:

Dean William M. Carmeis	(Assessor Técnico)	CGEE
Dan Ramon Ribeiro	(Consultor Técnico)	CGEE
Gilberto de Martino Jannuzzi	(Secretário Técnico)	CGEE
Lucia Melo	(convidado)	CGEE
Ivan Araripe de Paula Freitas	(convidado)	CNPq
João Roberto Rodrigues Pinto	(convidado)	CNPq
Jose Carlos Gomes Costa	(convidado)	MCT
Eliana da S. Soares Lara	(convidado)	MCT
Laércio de Sequeira	(convidado)	FINEP
Manoel Fernandes M. Nogueira	(convidado)	MME
Vanja Maria Borges Leal de Brito	(convidado)	MME
Rodrigo Sarmento Garcia	(convidado)	MME
Livio Teixeira de Andrade Filho	(convidado)	CNPq
Marcia R. Fantuzze Dias	(convidado)	CNPq
Luiz César Ferreira da Silva	(convidado)	CNPq
Nivaldo Sanches Tetti	(convidado)	ABDIB
Roberto Gomes	(convidado)	ONS
Máximo Pompermayer	(convidado)	ANEEL
Leandro Luiz Viegas	(convidado)	CNPq
Lidiamy Martins Mourão Dantas	(convidado)	CNPq
Clotilde Paião Correia de Souza	(convidado)	MCT

Fernando Ribeiro

Maurício Mendonça

Celso Pinto de Melo

1

Isaias Macedo

Rulemar Pessoa Silva

Luiz Carlos S. Guimarães

Marcelo K. Poppe

Marcos José Marques

José Augusto Marques

3. Ausências justificadas:

José Augusto Marques (Membro do Comitê) - Representante do Setor Produtivo (ABDIB)

Luiz Carlos Silveira Guimarães (Membro do Comitê) - Representante do Setor Produtivo (ABRADEE)

Fernando Ribeiro	Maurício Mendonça	Celso Pinto de Melo	2
------------------	-------------------	---------------------	----------

Isaias Macedo	Rulemar Pessoa Silva	Luiz Carlos S. Guimarães
---------------	----------------------	--------------------------

Marcelo K. Poppe	Marcos José Marques	José Augusto Marques
------------------	---------------------	----------------------

II. Itens da Reunião:

1. O Sr. Maurício Mendonça abriu a reunião, começando com a aprovação das Atas das reuniões 07 e 08 do Comitê Gestor. Assim, fez circular as versões das Atas entre os participantes.

2. O Sr. Maurício passou a tratar da situação orçamentária e financeira do CTenerg. Transmitiu a palavra ao Sr. Gilberto Jannuzzi, secretário técnico do CTenerg, que distribuiu aos participantes uma versão do documento "Plano de Investimentos 2002-2004" e fez uma explanação sobre o balanço dos investimentos realizados e previstos até 2004 pelo Fundo Setorial de Energia (FINEP e CNPq). O Sr. Maurício fez um esclarecimento sobre o Programa Energia Brasil. Disse que o Programa foi feito em duas tranches: uma de R\$6,9 milhões em 2001 e outra que voltaria em 2002 ao Comitê Gestor para aprovação de um valor previsto de aproximadamente R\$40 milhões. Entretanto, com a limitação da situação orçamentária financeira do Fundo, o MCT comunicou a Casa Civil que esses valores não poderiam ser executados em 2002. Com isso, só foi executada a parte contratada em 2001 (1º fase), no valor de R\$1,7 milhões. Ainda existe uma pequena sobra de recursos para executar alguns eventos, mas o programa está praticamente encerrado. Informou ainda que o Sr. José Carlos fará uma palestra com as atividades realizadas nesse programa no decorrer dessa reunião. O Sr. Ralph sugeriu, para que o Plano de Investimentos ficasse completo, deveria haver, nas tabelas de desembolsos de projetos, colunas para valores previstos, contratados e realizados. O Sr. Maurício Mendonça ressalta que as tabelas de desembolsos apresentadas são dinâmicas e que sofrerão a influência de projetos que serão contratados pela FINEP até o final de 2002, o tamanho desse impacto só será conhecido a partir do momento em que forem assinados os convênios com os projetos. Então, o Sr. Maurício solicita ao Sr. Fernando Ribeiro que até o final do ano a FINEP atualize essa tabela de desembolsos até 2004 e distribua entre os membros do Comitê Gestor.

3. O Sr. Maurício Mendonça comenta que a idéia do MCT foi atuar com muita responsabilidade no gerenciamento da carteira de projetos para não comprometer os recursos de 2003 e garantir melhores possibilidade de execução de projetos para o próximo governo, visando consolidar a atuação dos Fundos Setoriais.

Fernando Ribeiro

Maurício Mendonça

Celso Pinto de Melo

3

Isaias Macedo

Rulemar Pessoa Silva

Luiz Carlos S. Guimarães

Marcelo K. Poppe

Marcos José Marques

José Augusto Marques

4. O Sr. Marcos José Marques e o Sr. Marcelo Poppe apresentam preocupação quanto aos resultados dos projetos. Sugere que o CTEnergy faça um trabalho de avaliação dos resultados dos projetos executados com dinheiro do fundo. O Sr. Maurício afirma que esse trabalho será produzido em breve. Sugere que o CTEnergy, junto com CNPq e FINEP faça um apanhado da situação dos principais projetos, mostrando quais as perspectivas e o grau de interesse para a sociedade de cada um dos projetos. O Sr. Jannuzzi esclarece que o que poderá ser feito agora é só uma avaliação pontual e nada mais, visto que ainda não temos traçada uma estratégia nacional para o setor de energia. A Sra. Lúcia Melo pede a palavra e informa que o CTInfra, já tem um levantamento nesse sentido, mesmo porque é o ambiente onde é mais fácil essa busca de informações e afirma que para os outros fundos está havendo uma rodada de debates para ajustar quais serão os parâmetros/metodologias de avaliação de cada projeto apresentado. O Sr. Ralph ressalta ainda que o preço por não ter um levantamento dos resultados desses principais projetos pode ser muito maior do que o preço de tê-lo de uma forma não tão satisfatória, visto que estamos diante de uma mudança de governo e a qualquer momento isso pode ser solicitado pela equipe de transição. O Sr. Maurício ressalta a necessidade de o CTEnergy possuir um documento curto, sintético e que dê uma apreciação das atividades financiadas pelo fundo, principalmente os projetos contratados, do ponto de vista mais qualitativo e não financeiro e orçamentário.

5. Seguindo com a apresentação do Plano de Investimentos, o Sr. Jannuzzi, mostra os desembolsos que estão sendo sugeridos para novas ações que abrangem o período de 2003 e 2004. A primeira ação mostrada é a de formação e capacitação de recursos humanos; assim, é apresentado o programa PROSET que está sendo encaminhado pelo CNPq com sugestão de desembolso de R\$2 milhões por ano; é apresentado também o programa de bolsas de mestrado e doutorado em energia com sugestão de desembolso de R\$1,2 milhões por ano. O Sr. Jannuzzi diz também que cabe ao Comitê Gestor a indicação de áreas de priorização de bolsas para esse programa. A segunda ação mostrada é a de normatização e infra-estrutura em metrologia, com sugestão de desembolso total de R\$6 milhões. A terceira ação refere-se ao apoio à divulgação científica e tecnológica, que é composta pela Chamada em Fluxo Contínuo para apoio à participação e promoção de eventos, num valor total de R\$3,5 milhões e pelo Programa de apoio às Publicações Científicas, num valor de R\$950 mil. A quarta ação é um programa em conjunto com o CTHidro que visa elaborar um sistema de previsão climático-hidrológico para o setor energético. Esse programa terá desembolsos totais da ordem de R\$2 milhões. A quinta ação visa promover a indução ao desenvolvimento tecnológico empresarial do setor energético, através do aporte de R\$15 milhões na Rede de Turbinas a Gás, R\$400 mil para articulações com a Rede Norte de Energia, R\$400 mil para articulações com a Rede Nordeste de Energia, R\$10 milhões para o Programa Nacional de Células a Combustível, R\$1 milhão para o apoio ao desenvolvimento de sistemas motrizes eficientes, R\$20 milhões para uma carta convite às empresas da cadeia produtiva vinculada ao setor elétrico, R\$18 milhões para um Edital de Inovação, R\$ 1 milhão para o programa de padrões de eficiência e qualidade de energia (apoio à Lei 10.295) e R\$ 6 milhões para um edital CNPq de ações temáticas a serem sugeridas pelo Comitê Gestor. E, por fim, o Sr. Jannuzzi mostrou a sexta ação que será constituída por um Programa de Prospecção em Energia no valor de R\$600 mil e por um Programa de Avaliação em Energia no valor de R\$600 mil, ambos com duração até 2004.

Fernando Ribeiro

Maurício Mendonça

Celso Pinto de Melo

4

Isaias Macedo

Rulemar Pessoa Silva

Luiz Carlos S. Guimarães

Marcelo K. Poppe

Marcos José Marques

José Augusto Marques

6. O Sr. Marcelo Poppe comenta, em referência à ação de apoio à Lei 10.295, que o MME está realizando um convênio com o CGEE no sentido de dar os subsídios para a criação de uma secretaria no comitê de elaboração de indicadores de eficiência energética para cada equipamento consumidor de energia. O Sr. Jannuzzi ressalta que já há uma minuta de termo de referência para isso (apoio à Lei 10.295) anexada ao Plano de Investimentos, para provocar a contribuição dos conselheiros sobre o que efetivamente pode ser feito para apoio à essa questão.

7. O Sr. Marcelo Poppe toma a palavra e passa a discorrer sobre os efeitos da variação cambial ocorrida no decorrer do ano de 2002 sobre as importações de equipamentos utilizados nas atividades de pesquisa/projetos fomentadas com recursos do CTEneg. Sugere a criação de mecanismos que tornem as instituições capazes de superar essas dificuldades. O Sr. Fernando Ribeiro esclarece que a FINEP costuma fazer uma realocação de recursos dentro do orçamento aprovado previamente; se isso não for possível, a agência faz um termo aditivo para conceder o adicional que for necessário.

8. O Sr. Maurício chama a atenção dos conselheiros para o fato de que a idéia de elaboração desse Plano de Investimentos era refletir a continuidade das ações aprovadas e previsão das ações já definidas. O Sr. Maurício ressalta ainda que as resoluções propostas para aprovação só tratam dos valores menores que foram apresentados no Plano de Investimentos; esses valores referem-se aos programas de prospecção (R\$ 600 mil) e avaliação em energia (R\$ 600 mil), não interferindo de maneira alguma no orçamento de 2003. O Sr. Maurício destaca ainda que o Plano de Investimentos procurou atingir um teto de 50% do orçamento com proposições novas, deixando os outros 50% do orçamento livre para o próximo ano.

9. O Sr. Marcelo Poppe apresenta preocupação quanto aos valores destinados à RTG (R\$15 milhões) e ao Programa de Células a Combustível (R\$10 milhões). Acredita que esses programas não estão muito detalhados e não há um orçamento programado que leve a esse montante. O Sr. Marcelo Poppe também pede a opinião dos outros conselheiros no sentido de esclarecer a metodologia que levou à obtenção desses números.

Fernando Ribeiro

Maurício Mendonça

Celso Pinto de Melo

5

Isaias Macedo

Rulemar Pessoa Silva

Luiz Carlos S. Guimarães

Marcelo K. Poppe

Marcos José Marques

José Augusto Marques

10. O Sr. Maurício esclarece que os recursos para RTG e Programa Brasileiro de Células a Combustível não serão diretamente alocados. Informa que o Comitê não está autorizando a alocação direta desses recursos, mesmo porque ainda não se conhece a natureza desses projetos. O que se está propondo é uma previsão orçamentária de alocação de recursos em função daquilo que os próprios programas, tanto a RTG quanto o PBCaC, virão a apresentar como propostas concretas de ação e aí sim se daria uma autorização para que o Comitê Gestor faça a aprovação. No caso da RTG, a primeira avaliação que foi feita pela FINEP em cima de um conjunto de propostas previamente analisadas pela FINEP e pela Rede chegou ao valor de R\$17 milhões e, a previsão de R\$15 milhões que está sendo apresentada é uma estimativa de que ao serem reestruturados aqueles projetos em função da articulação da RTG com o projeto com a Ucrânia, ficaremos com alguma coisa entre R\$10 milhões e R\$15 milhões para uma fase inicial. Sendo esse um projeto caro, a estimativa de gasto de R\$15 milhões é compatível com a previsão inicial de alguns grupos que manifestaram interesse em realizar uma articulação empresarial. O Sr. Maurício reforçou ainda que a aprovação desses projetos dependerá de um acordo entre os proponentes empresariais e a Rede. No caso do PBCaC, o Sr. Maurício relatou que a intenção do Comitê Gestor é fomentar uma etapa de adesão das instituições ao Programa e, a partir dessas ações será feita uma avaliação dos projetos propostos. Disse ainda que a alocação dos R\$ 10 milhões é bastante razoável, pois esse também é um projeto que envolve custos altos. Então, o Sr. Maurício destaca que o que precisa realmente ser feito é um relatório dizendo qual o estágio atual e quais serão os próximos passos previstos para a RTG e o PBCaC.

11. O Sr. Maurício diz que a intenção era deixar esse plano aprovado para, na próxima reunião, já com os novos conselheiros ver o que pode ser efetivamente implementado. Então o Sr. Maurício cobra dos conselheiros se o Plano de Investimentos 2002-2004 pode ser considerado como aprovado. A Sra. Lúcia Melo tomou a palavra e sugeriu que o documento fosse aprovado com o nome "Proposta de Orçamento 2002-2004". Como ninguém se manifestou em contrário, nesse instante o Plano de Orçamento 2002-2004 foi considerado aprovado e será encaminhado com as Resoluções e Recomendações em anexo.

12. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Maurício começa o processo de avaliação das resoluções propostas. A primeira resolução proposta é aquela que propõe alocação de recursos da ordem de R\$300 mil ao CGEE, no ano de 2003, para executar trabalhos de prospecção tecnológica na área de energia (Resolução 01). A segunda resolução propõe alocação de recursos da ordem de R\$300 mil ao CGEE, no ano de 2003, para executar trabalhos de avaliação dos projetos executados com recursos do CTenerg (Resolução 02). A terceira resolução propõe alocação de recursos da ordem de R\$400 mil ao CGEE, no ano de 2003, para executar trabalhos de apoio às atividades relacionadas às Redes de energia do Norte e Nordeste (Resolução 03).

Fernando Ribeiro

Maurício Mendonça

Celso Pinto de Melo

6

Isaias Macedo

Rulemar Pessoa Silva

Luiz Carlos S. Guimarães

Marcelo K. Poppe

Marcos José Marques

José Augusto Marques

13. Então, o Sr. Maurício pede aos demais conselheiros que comentem as resoluções propostas. Como ninguém se manifestou contrário ao que foi proposto, a partir desse momento foram consideradas aprovadas as Resoluções 01, 02 e 03.

14. Nesse ponto, o Sr. Maurício pede permissão para fazer um esclarecimento sobre um projeto do INPE, financiado pelos recursos do CTenerg, que envolveu a compra de estações de coleta de dados e, por uma razão operacional, um grupo de empresas teve acesso à essas informações e questionou o motivo pelo qual esse equipamento não estava sendo comprado no Brasil, visto que existiam produtores brasileiros. Então, o diretor do INPE cancelou a licitação para poder envolver empresas brasileiras no processo. A partir disso, houve uma reunião com os representantes da associação brasileira da industria aeroespacial junto a FINEP para solicitar que fossem tomadas providências cautelares e de estímulo e promoção à compra de equipamentos nacionais. Depois dessa reunião, a mesma associação brasileira da industria aeroespacial solicitou ao Comitê Gestor que fossem tomadas algumas medidas no âmbito do CTenerg para prestigiar a industria nacional e, sugeriu ainda que fosse feita uma estratégia de aplicação do mecanismo de offset (acordo de compensação de uma compra internacional), assim como é feito pelas Forças Armadas e que o MCT também usa com a China para compra de satélites e serviços de lançamento de satélites.

15. O Sr. Maurício sugere que os membros do conselho se manifestem com relação a isso. Propõe também que o Comitê Gestor faça uma recomendação às agências para que promovam, a partir de suas ações, aquisições de bens, equipamentos, instrumentos científicos, reagentes e serviços de origem nacional, sem prejuízo à qualidade e à excelência dos projetos de pesquisas financiados. O Sr. Maurício reforça o fato de que esse documento também deve recomendar que em caso de aquisição no exterior dos itens descritos anteriormente, seja aplicado o conceito de compensação por offset no intuito de dotar o País de capacitação científica e tecnológica na área de pesquisa e de produção de equipamentos e instrumentos científicos. O Sr. Maurício espera que a partir dessa recomendação o ministro faça uma Portaria mais detalhada, no sentido de estimular a adoção destas práticas pelas agências.

16. Os conselheiros discutiram o fato que essa Recomendação serviria apenas para disparar um processo maior, que é a elaboração de uma Portaria pelo ministro, e assim decidiram que ela seria aprovada como Recomendação 01. E, nesse instante, como não havia mais nenhuma outra objeção, foi aprovada a Recomendação 01.

Fernando Ribeiro

Maurício Mendonça

Celso Pinto de Melo **7**

Isaias Macedo

Rulemar Pessoa Silva

Luiz Carlos S. Guimarães

Marcelo K. Poppe

Marcos José Marques

José Augusto Marques

17. O Sr. Maurício, neste ponto, passa a apresentar as propostas de resoluções do CNPq. A primeira resolução (Resolução 04) trata do apoio a eventos, propondo a liberação de R\$1,5 milhão, em 2003, para esse fim. Então, nesse momento, o Sr. Wilson e o Sr. Ivan distribuíram aos conselheiros uma pasta contendo todas as resoluções propostas ao Comitê Gestor. Diante da grande quantidade de material para análise, o Sr. Maurício sugere que os conselheiros tenham um tempo de 15 dias (a partir de 20/11/2002) para analisar o referido material com maior rigor de detalhes. O Sr. Maurício também se propõe consultar os conselheiros sobre suas sugestões e, se for o caso, marcará outra reunião do conselho para efetivar a aprovação dessas resoluções. Se tudo correr bem, essas aprovações poderão ser feitas *ad hoc*.

18. O Sr. Maurício sugere que a ANEEL, em conjunto com o MME e ABRADDEE faça uma Proposição para que as concessionárias de energia participem dos Editais do CTenerg em parcerias estratégicas/projetos cooperativos.

19. Nesse ponto, o Sr. Marcelo Poppe sugere que seja feito um informe sobre a Rede de Turbinas a Gás, visto que embora haja uma forte interação entre a FINEP, o MCT e o MME, a ANEEL está ainda um pouco ausente desse processo; além disso essa apresentação seria interessante para esclarecer todos os outros conselheiros sobre os rumos tomados pela RTG

20. O Sr. Maurício distribuiu aos conselheiros a versão final do Programa Brasileiro de Células a Combustível. Explicou que a partir de agora será dado início a um processo de negociação com as instituições de pesquisa, para saber em qual das redes do projeto elas melhor se encaixam. A atividade de coordenação do Comitê Gestor será fundamental nessa etapa do processo. Pede aos conselheiros que analisem o documento e que proponham algumas sugestões.

21. Então, o Sr. Maurício passa a palavra ao Sr. Fernando para que este discorra sobre a RTG. O Sr. Fernando então fala sobre a montagem da Rede e a participação de empresas nesse processo. Falou também sobre o acordo Brasil - Ucrânia e do resultado desse entendimento houve uma reunião em Brasília c/ os coordenadores da Rede para tratar das questões de pesquisa e desenvolvimento e produção dos equipamentos no Brasil. Ressaltou ainda que o convênio Brasil - Ucrânia não terá sustentação se deixar de lado o componente de P&D. Ressaltou o fato de que a FINEP ainda não tem uma posição conclusiva sobre o que efetivamente vai acontecer relativo ao programa de trabalho proposto anteriormente. Ainda há a necessidade da atuação dos conselheiros para definir exatamente a forma de atuação da rede em termos dos projetos a serem fomentados com verba oriunda do CTenerg.

Fernando Ribeiro

Maurício Mendonça

Celso Pinto de Melo **8**

Isaias Macedo

Rulemar Pessoa Silva

Luiz Carlos S. Guimarães

Marcelo K. Poppe

Marcos José Marques

José Augusto Marques

22. Sr. Manoel Nogueira aproveita a ocasião para acrescentar que após a reunião com a delegação da Ucrânia, foi feita uma visita à Fundação Getúlio Vargas para que fosse feito um estudo de mercado. A FVG já estaria aglutinando informações e num prazo de até 45 dias eles apresentariam um dimensionamento de mercado para as Centrais Termelétricas com Turbinas a Gás com potências da ordem de 1MW até 6MW, objetivando principalmente o potencial de cogeração do mercado terciário. Ressaltou ainda que no evento realizado no MME na semana anterior, a empresa COGERAR mostrou uma lista com várias empresas interessadas em entrar nesse mercado. Informou também que está na comissão de constituição e justiça da câmara dos deputados o Projeto de Lei nº 5109 que equipara as Pequenas centrais Térmicas às Pequenas Centrais Hidroelétricas, Eólicas, Solares e de Biomassa. Destacou ainda, que o projeto Brasil - Ucrânia possui duas vertentes: acadêmica e industrial. A área acadêmica ainda encontra-se em certo atraso quando comparada com a área industrial, necessitando ainda de algumas ações para tratar questões como transferência de tecnologia, propriedade intelectual, escolha de instituições e outras.

23. Nesse ponto, o Sr. Maurício convoca o Sr. José Carlos para apresentar o Programa: Mostra Energia Brasil de Inovação Tecnológica. Fala que inicialmente esse projeto chegou com proposta orçamentária de R\$70 milhões, depois baixou para R\$44 milhões e, já no âmbito do MCT esse valor caiu para R\$6,9 milhões, com compromisso de que fosse gasto muito menos que isso, na realidade R\$4,5 milhões. Então, o Sr. José Carlos entrega um relatório sobre as atividades desse programa, mostrando que na prática, até outubro de 2002, foi gasto cerca de R\$1,8 milhões. Ressalta ainda que a FINEP contratou a Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro para executar o serviço das Mostras e de análise de viabilidade técnico-econômica para comercialização dos produtos apresentados na mostra e hoje ainda existe no caixa dessa rede uma quantia de R\$1,3 milhões, dos quais aproximadamente R\$300 mil serão gastos na feira do SENDI (24 de novembro de 2002). Daí, estarão disponíveis R\$1 milhão que devem ser gastos até dezembro, então, as sugestões que seguem nesse documento são: 1) Verificar que aporte de recurso pode ser dado para melhorar o produto, desde que contratado um centro de pesquisa para isso e 2) Continuar as feiras, mas com um novo edital a ser decidido pelo Comitê Gestor. O Sr. Jannuzzi assumiu a responsabilidade de fazer uma resolução para resolver esse assunto.

24. Então, como o horário estava adiantado e a pauta já havia sido cumprida quase integralmente, o Sr. Maurício agradece a presença de todos os conselheiros e declara encerrada a 9º Reunião do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia. Afirma que após o período de consulta aos conselheiros, todas as extratos das resoluções propostas serão publicadas no Diário Oficial.

Fernando Ribeiro

Maurício Mendonça

Celso Pinto de Melo **9**

Isaias Macedo

Rulemar Pessoa Silva

Luiz Carlos S. Guimarães

Marcelo K. Poppe

Marcos José Marques

José Augusto Marques

IV. Resoluções:

1. Propõe alocação de recursos da ordem de R\$300 mil ao CGEE, no ano de 2003, para executar trabalhos de prospecção tecnológica na área de energia.
2. Propõe alocação de recursos da ordem de R\$300 mil ao CGEE, no ano de 2003, para executar trabalhos de avaliação dos projetos executados com recursos do CT-Energ.
3. Propõe alocação de recursos da ordem de R\$400 mil ao CGEE, no ano de 2003, para executar trabalhos de apoio às atividades relacionadas às Redes de energia do Norte e Nordeste.
4. Propõe a prorrogação por mais um ano da utilização dos recursos administrados pela FINEP para a Mostra Energia Brasil de Inovação para as Micro, Pequenas e Médias Empresas. O saldo de R\$ 1.300.000 referente ao montante inicialmente alocado de R\$ 4.500.000, deverá ser utilizado através de novo edital em outras mostras da inovação tecnológica nacional. Os critérios para confecção do edital serão estabelecidos por grupo de trabalho formado por representantes da FINEP, do MCT e da Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, sob a iniciativa e responsabilidade da Financiadora e submetidos ao Comitê Gestor na sua próxima reunião.
5. Autoriza o lançamento da Chamada CNPq CT-Energ Apoio a Eventos 01/2002, visando apoiar a realização no País de eventos técnico-científicos, a vinda de pesquisadores visitantes e a participação de especialistas em eventos de interesse do Setor de Energia.
6. Autoriza o lançamento do Edital CNPq CT-Energ Apoio a Projetos de Pesquisa 01/2002, visando apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento em temas prioritários para o Setor de Energia Elétrica.
7. Autoriza o lançamento da Chamada CNPq CT-Energ Mestrado e Doutorado 01/2002, visando estimular a formação de recursos humanos para atuação em atividades de pesquisa e desenvolvimento em temas prioritários do Setor de Energia Elétrica.
8. Autoriza o lançamento da Chamada CNPq CT-Energ PROSET 01/2002, visando estimular a fixação de recursos humanos para atuação em atividades de pesquisa e desenvolvimento em temas prioritários do Setor Elétrico nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste e no Estado do Espírito Santo.
9. Autoriza o lançamento da Chamada CNPq CT-Energ Apoio a Publicações Científicas 01/2002, visando apoiar a editoração de publicações técnico-científicas em temas prioritários do Setor de Energia Elétrica.

Fernando Ribeiro

Maurício Mendonça

Celso Pinto de Melo **10**

Isaias Macedo

Rulemar Pessoa Silva

Luiz Carlos S. Guimarães

Marcelo K. Poppe

Marcos José Marques

José Augusto Marques

IV. Recomendações:

1. Recomenda-se às agências (FINEP e CNPq) para que promovam, a partir de suas ações, aquisições de bens, equipamentos, instrumentos científicos, reagentes e serviços de origem nacional, sem prejuízo à qualidade e à excelência dos projetos de pesquisas financiados.

Fernando Ribeiro

Maurício Mendonça

Celso Pinto de Melo **11**

Isaias Macedo

Rulemar Pessoa Silva

Luiz Carlos S. Guimarães

Marcelo K. Poppe

Marcos José Marques

José Augusto Marques